



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 1

“INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA

MR1.1. - A integração latino-americana em perspectiva histórica

EMENTA

Esta mesa-redonda/GT analisará a história da integração latino-americana. Seus eixos temáticos são: (i) Fases da integração latino-americana. (ii) Origens e evolução dos processos de integração latino-americanos: semelhanças e diferenças. (iii) O nacional-desenvolvimentismo e o ideal da integração latino-americana nos anos 1950-1960. (iv) A integração latino-americana e o ciclo autoritário dos anos 1970-1980. (v) A integração latino-americana e a globalização neoliberal dos anos 1990. (vi) A nova esquerda e a integração latino-americana nos anos 2000.

Coordenador: George Sturaro: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA – BRASIL)

Amado Luiz Cervo: Universidade de Brasília e Instituto Rio Branco - (UNB/IRBR- BRASIL)

Mario Rapoport: Universidad de Buenos Aires - (UBA- ARGENTINA)

André Luiz Reis da Silva: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - (UFRGS – BRASIL)

Osvaldo Luis Angel Coggiola: Universidade de São Paulo (USP – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

GRUPO DE CONTADORA E APOIO: A EXPERIÊNCIA MULTILATERAL PARA A PAZ NA AMÉRICA CENTRAL (autor(es/as): **Ariane de Oliveira Saraiva**).

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA RODOVIA INTEROCEÂNICA PARA A CIDADE DE PORTO-VELHO (autor(es/as): **Fernando Corrêa dos Santos**).

O CARÁTER INTERNACIONALISTA DA REVOLUÇÃO CUBANA, SEGUNDO O PENSAMENTO POLÍTICO DE ERNESTO CHE GUEVARA (1959-1967) (autor(es/as): **Kauê Carlino Sichinel**).

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DEBATE ECONÔMICO CEPALINO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (autor(es/as): **Vinicius Figueiredo Silva**).

MR1.2. - A economia política da integração regional latino-americana

EMENTA

A mesa-redonda examinará os problemas políticos e econômicos dos diferentes processos de integração latino-americanos em perspectiva comparada. A mesa pretende refletir sobre: (i) a natureza intergovernamental da maioria dos processos de integração regional na América Latina; (ii) o papel das instituições supranacionais e intergovernamentais nas experiências de integração regional; e (iii) as assimetrias econômicas existentes entre os países latino-americanos e seus reflexos sobre o andamento dos processos e das propostas de integração regional.

Coordenador: Alexsandro Eugenio Pereira – Universidade Federal do Paraná (UFPR-BRASIL)

Rafael Freire: Central Sindical das Américas (CSA- BRASIL)

Marcelo de Almeida Medeiros: Universidade Federal de Pernambuco - (UFPE-BRASIL)

Luiz Daniel Jatobá França: Universidade de Brasília - (UNB-BRASIL)

Paulo Roberto de Almeida: Ministério das Relações Exteriores do Governo Brasileiro - (MRE-BRASIL)

CHINA E MERCOSUL: REFLEXOS DE UMA RELAÇÃO (autor(es/as): **ADRIANA SOUZA BENATTI**).

MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA ESTUDAR A SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA DA AMÉRICA LATINA (autor(es/as): **ALEXANDRE ANDREATTA**).

INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA NA GLOBALIZAÇÃO: RELAÇÕES ENTRE EQUIDADE SOCIOECONÔMICA E SIMBÓLICA (autor(es/as): **Edson Capoano**).

FLUXOS COMERCIAIS NA FRONTEIRA COM O PARAGUAI (autor(es/as): **ELOISA MAIESKI ANTUNES**)

ASPECTOS DA ECONOMIA CRIATIVA NO MERCOSUL A Indústria Fonográfica como fator de aproximação entre Brasil e Argentina (2003 – 2011). (autor(es/as): **marcello de souza Freitas**).

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO MERCOSUL: INSTRUMENTOS LEGAIS E REALIDADE (autor(es/as): **Fabiane Mesquita**).

A governança global da cooperação internacional para o desenvolvimento: uma análise das instituições, da participação e da eficácia (autor(es/as): **Diego Henrique da Silva Baptista**)

MR1.3. Cenários e tendências da integração latino-americana

EMENTA

Desafios e oportunidades da integração latino-americana no futuro próximo. A integração regional na visão das "novas esquerdas". O papel dos partidos políticos e dos movimentos sociais na integração regional. A integração das economias e da infra-estrutura. "Novos temas" da integração regional: democracia, direitos humanos e justiça social. O papel da integração regional nas relações da América Latina com o resto do mundo.

Coordenadora: Karla Gobo – Faculdade Internacional de Curitiba - (FACINTER - BRASIL)

Rafael Duarte Villa: Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)

Marcelo Coutinho: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - (UESP/UERJ - BRASIL)

Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha): Parlamento do MERCOSUL – (PARLASUL – BRASIL)

Robson Cardoch Valdez: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE NO MERCOSUL: O PAPEL DA COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA A NÍVEL CULTURAL (autor(es/as): **Ariane Saraiva**)

SEGURANÇA INTERNACIONAL: A participação latino-americana no caso haitiano no Conselho de Segurança (autor(es/as): **Caroline Cordeiro Viana e Silva**)

INTEGRAÇÃO REGIONAL EM INFRA-ESTRUTURA: AVANÇOS E CONTINUIDADES DA INICIATIVA PARA INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA/2000-2010) (autor(es/as): **Danielle Rodrigues da Silva**)

INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL AMERICANA (IIRSA): UM ENFOQUE NAS ESTRADAS AMAZÔNICAS (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

O PAPEL DO MERCOSUL NA CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA: UM BALANÇO PRELIMINAR E ALGUMAS HIPÓTESES (autor(es/as): **George Wilson dos Santos Sturaro**)

Caminhos para a integração: a concepção das Organizações Internacionais acerca da educação. (autor(es/as): **Tchella Fernandes Maso**)

MR1.4. A efetivação dos direitos fundamentais na América Latina

EMENTA

A presente Mesa Redonda/GT tem por finalidade debater a efetivação dos direitos fundamentais na América Latina. Os temas abordados serão: (i) as dificuldades de ordem política e econômica, entre outras, para a efetivação dos direitos fundamentais na região e (ii) a contribuição das organizações regionais para a efetivação dos direitos fundamentais nos seus Estados membros.

Coordenadores: Eduardo Biacchi Gomes - Faculdades Integradas do Brasil (UNIBRASIL - BRASIL) Cíntia de Almeida Lanzoni (PUC-PR - BRASIL)

Andrea Benetti Carvalho de Oliveira: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA - BRASIL)

Francielle Morez: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA - BRASIL)

Ronald Silka: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR - BRASIL)

Igor Koltun Rebutini: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

PRIORIDADES ATENDIDAS PELOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE NAS FRONTEIRAS (autor(es/as): **Carla Gabriela Cavini Bontempo**)

A QUESTÃO INDÍGENA E O ESTADO BRASILEIRO (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

O PACTO PELA SAÚDE NAS CIDADES-GÊMEAS DA FRONTEIRA DO RIO GRANDE DO SUL COM A ARGENTINA E O URUGUAI (autor(es/as): **Lislei Teresinha Preuss**)

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DO MERCOSUL (1991 – 2011) (autor(es/as): **Ludmila Andrzejewski Culpi**)



CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DEBATE ECONÔMICO CEPALINO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL¹

Vinícius Figueiredo Silva²
(viniciusto2@gmail.com)

ÁREA/SUB-EIXO TEMÁTICO

I. Integração das Sociedades na América Latina

I.I A Integração Latino- Americana em Perspectiva Histórica

Resumo: Este trabalho visa apresentar os principais argumentos teóricos formulados pelos membros da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) como alicerces de uma teoria do subdesenvolvimento econômico que visou compreender sistematicamente os principais problemas e particularidades dos países que formam a periferia do sistema econômico internacional. Logo, este trabalho constitui sumariamente as principais ideias de grandes expoentes do pensamento cepalino que tornam sólidas as bases para a composição e desenvolvimento do modo de pensar estruturalista latino-americano no Pós-Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: CEPAL, subdesenvolvimento, América Latina.

1. Introdução

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), com intuito de monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si quanto ao restante das nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho abarcou os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável (ECLAC, 2011).

¹ Este artigo foi extraído do nosso Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: “A economia latino-americana no contexto da crítica cepalina à teoria ricardiana das vantagens comparativas”, desenvolvida sob orientação do Prof. Ms. Carlos Henrique Lopes Rodrigues, no Curso de Ciências Econômicas da UFVJM, em 2012.

² Estudante de graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus Teófilo Otoni



Mesmo sob grande resistência por parte do governo norte-americano, que vinha se opondo a criação de um órgão administrativo específico para a América Latina dentro da estrutura da Organização das Nações Unidas (ONU) e “paralela à bem controlada Organização dos Estados Americanos (OEA)”; em 1951, a CEPAL tornou-se entidade permanente da ONU (MORAES, 1995, p.20).

Segundo Bielschowsky (2000), o ponto de partida da teorização cepalina remete aos traços analíticos baseados na perspectiva histórico-estruturalista da relação centro-periferia, análise da inserção internacional, análise dos condicionantes estruturais internos; e, por conseguinte, à análise da possibilidade e possibilidade de ação estatal.

Tais traços analíticos traduzem a tônica das formulações cepalinas determinadas, sobretudo, pelo contexto histórico a qual a instituição está inserida.

2. Plano ideológico e contexto histórico

O ciclo expansivo vivenciado pelos países latino-americanos no pós- segunda Guerra Mundial propiciou um ambiente favorável para a urbanização e de industrialização da América Latina, impulsionado por um crescimento de cerca de 5% ao ano no período de 1945 e 1954, ao qual contrastou significativamente com o crescimento da pobreza e agravamento dos problemas estruturais da região (BIELSCHOWSKY, 2000).

Este quadro, fez com que se disseminasse o fortalecimento da ideologia industrializante, ao mesmo tempo em que se propagava o retorno à ideia de que as exportações tradicionais fundamentadas na ideologia liberal dominante dos anos 1930 tendiam a recuperar terreno logo a normalidade econômico-industrial dos países centrais se restabelecesse novamente no pós-guerra, conforme mencionado por Bielschowsky (2000, p.24):

Frente à ideologia liberal, a defesa do desenvolvimento pela via da industrialização tinha no imediato pós-guerra a inconveniência de encontrar-se insuficientemente instrumentalizada de um ponto de vista analítico[...] havia, pois, um certo descompasso entre a história econômico-social e a construção de sua contrapartida no plano ideológico e analítico.

De forma paralela, a teorização cepalina carregava consigo este importante papel de construção ideológica, sob forte influência da heterodoxia keynesiana que vigorava como ideologia hegemônica:

Com a CEPAL instaurava-se um centro de discussão de ideias no coração da própria América Latina, com o objetivo de conhecer a realidade especí-



fica deste continente e sugerir saídas para seus problemas[...] Em pouco, tempo [...] se transformaria num baluarte da heterodoxia na América Latina, em contraposição ao Fundo Monetário Internacional e outros guardiões do liberalismo ortodoxo (MANTEGA, 1989, p.30-31).

De maneira geral, a partir de uma teorização própria, a qual se aglutinou de forma consistente um bom número de inovações conceituais, os “cepalinos” pregavam uma mensagem central: “a necessidade de realizar políticas de industrialização como mecanismo de superação do subdesenvolvimento e da pobreza” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.25).

Para Santos & Oliveira (2008), tais conceitos podem ser relacionados em três fases visando explicitar a evolução cronológica do pensamento formulado na CEPAL: gênese, afirmação e renovação do pensamento cepalino.

A década de 1950 foi considerada na visão de Bielschowsky (2000, p.25) o “auge da criatividade e da capacidade de ousar e influenciar cepalina”, tendo no seu idealizador e importante teórico Raul Prebisch a audácia intelectual de posicionar a América Latina no debate econômico mundial. Outro aspecto importante a se considerar, é o apoio de outros teóricos de peso como o brasileiro Celso Furtado, Aníbal Pinto dentre outros pioneiros estudiosos da realidade latino-americana.

Nesta fase de gênese, o diagnóstico da CEPAL é empregado na ideia de que o progresso técnico se desenvolve de forma desigual entre os dois pólos, a saber: o centro e a periferia.

Com base nesta constatação, a CEPAL procura através de seus estudos identificar os impactos que a divisão internacional do trabalho tradicional provoca nas relações entre países ricos e pobres (BIELSCHOWSKY, 2000).

A segunda fase, que vai de fins do final da década de 1950 até a década de 1970, é marcada pelo quadro econômico-social evidenciado a partir do processo de inserção da industrialização nos países periféricos e dos problemas estruturais causados pela falta de planejamento nestas economias. Nesta etapa, os focos de análise foram basicamente os principais problemas e obstáculos ao desenvolvimento econômico destes países (SANTOS & OLIVEIRA, 2008).

Desta forma, enquanto a primeira fase foi marcada por uma industrialização num plano inicial, na segunda fase já se percebia os efeitos da industrialização incipiente. Cabe considerar que durante este período, o pensamento estruturalista latino-americano conquistou mundialmente significativo espaço entre as correntes de pensamento econômico (SANTOS & OLIVEIRA, 2008).



Todavia, ao final da década de 1960, com o avanço do processo de industrialização, Aníbal Pinto observou que era essencial analisar na heterogeneidade estrutural, o principal motivo pelo qual, os países pertencentes à América Latina, vivenciavam a persistente coexistência de estruturas produtivas diversas e desigual distribuição da renda (BIELSCHOWSKY, 2000).

A interpretação destes fenômenos teve importância crucial na construção das teses cepalinas acerca da inflação e da heterogeneidade estrutural, a qual identificou no estudo das especificidades dos países subdesenvolvidos, fator indispensável para se compreender os problemas econômicos da região, buscando desvencilhar sobremaneira à generalização de diagnósticos predeterminados pelos países centrais.

Neste sentido, a argumentação da CEPAL na terceira fase refere-se à questão tecnológica numa proposta de transformação produtiva com equidade. Desse modo, a nova orientação cepalina, esteve vinculada ao progresso técnico e competitividade internacional.

Buscando se adequar à realidade latino-americana nesta época, a CEPAL canalizou esforços para analisar e identificar meios de alavancar as principais economias da região, as quais já apresentavam seus processos de substituição de importações num nível inferior ao desenvolvimento tecnológico internacional (BIELSCHOWSKY, 2000).

Nos anos 90, o economista chileno Fernando Fajnzylber com a publicação do seu artigo intitulado “Industrialização na América Latina: da ‘caixa-preta’ ao conjunto-vazio”, insere-se no debate sobre as causas da má distribuição da renda no continente, assinando suas origens no processo produtivo (RABI, 2001).

Em primeiro lugar, o autor aponta a inexistência de países, na região, que tenham conjugado indicadores positivos de dinamismo econômico (crescimento da renda per capita acima de 2,4% anuais do PIB por habitante) e equidade (relação entre a renda dos 40% da população mais baixa e dos 10% mais ricos superior a 0,4) no período 1970-84 (FAJNZYLBER, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000).

Para Fajnzylber, a possível razão para esses efeitos diversos, está intimamente ligada à incorporação insuficiente do progresso técnico (caixa-preta) pelos países latino-americanos se comparado a outros que ele acreditava possuir características parecidas. Caberia, portanto, questionar se é a especificidade do desenvolvimento da América Latina o verdadeiro responsável que deriva o conjunto vazio:

“o conjunto vazio estaria diretamente vinculado ao que se poderia chamar de incapacidade de abrir a ‘caixa-preta’ do progresso técnico, tema este no qual incidem a origem das sociedades latino-americana, suas instituições, o contexto cultural e um conjunto de fatores econômicos e estruturais cuja



vinculação com o meio sociopolítico é complexa, mas indiscutível” (FAJNZYLBER, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p.857).

Assim sendo, o conjunto do crescimento com equidade na América Latina está vazio, ou seja, existe uma margem de diferença muito grande entre a renda dos 10% mais ricos da região e os 40% menos ricos (FAJNZYLBER, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000).

Notadamente, o modelo de desenvolvimento traçado pela região trata-se mais de uma imitação do que de um processo de reflexão sobre as carências e potencialidades internas. Pode-se observar tal consideração, a partir da análise de que, à medida que cresce o valor agregado, diminui-se a participação da região à incorporação do progresso técnico (FAJNZYLBER, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000).

Com efeito, a situação dos países latino-americanos já industrializados poderia ser identificada como uma “nova periferia”, não apenas por serem somente produtores e exportadores de bens de consumo primários, mas também de produtos industrializados de qualidade e tecnologia defasadas frente aos produzidos pelos países centrais (SANTOS & OLIVEIRA, 2008).

Paiva (2006) citando Fajnzylber (1983) acrescenta que a partir de 1980, por fatores predominantemente externos (mas também por alguns internos de caráter estrutural e de política econômica), as economias latino-americanas experimentaram uma crise que afetou com intensidade o setor industrial. Não obstante, é preciso considerar que mesmo na década de 1980 prevalece na maioria dos países o viés primário-exportador:

Ao se acentuar a restrição de divisas, o setor produtivo de maior teor de importações e com escassa capacidade de exportação e, por conseguinte, com um forte déficit comercial, tinha que passar por um impacto mais acentuado do que o conjunto da atividade econômica. Pelo lado da demanda, ele foi mais do que proporcionalmente afetado pela queda da renda nacional e, pelo lado da oferta, a restrição das divisas dificultou o acesso aos insumos, às peças de reposição e aos equipamentos, além de havê-los encarecido. A falta de experiência e a natureza das fábricas produtiva impediram, com raras exceções nacionais e setoriais, que se compensasse a queda do mercado interno com exportações, havendo-se somado isso a elevação da taxa de juros e o superendividamento arrastado desde a década de 1970 (FAJNZYLBER, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p.876).

Além disso, vale observar também que nesta terceira fase, o debate representa “a conquista da estabilização monetária à custa de rigorosas políticas de contenção fiscal por alguns dos países latino- americanos” (SANTOS & OLIVEIRA, 2008, p.6). Nisso reside o porquê da ideologia cepalina ser aplicada em muitos projetos políticos de vários



Estados do continente, principalmente no plano da conveniência histórica (BIELSCHOWSKY, 2000). Por ora, faz-se presente neste período, várias reformas liberalizantes, dentre elas privatizações e medidas na esfera comercial e financeira.

No fundo, a formulação das ideias cepalinas buscaram exprimir de maneira precisa tanto os problemas oriundos da industrialização da periferia, impulsionada no Pós-Segunda Guerra Mundial, como suas raízes advindas de períodos históricos anteriores, como a revolução industrial, no século XVIII, e seus desdobramentos sobre a “evolução” do capitalismo mundial (SANTOS & OLIVEIRA, 2008).

2.1. Raul Prebisch e sua denúncia aos efeitos deletérios do comércio desigual

O argentino Raul Prebisch figura como principal responsável pela projeção do ideário da CEPAL e criador do Banco Central do seu país em 1935. Ao deixar o governo em 1943, Prebisch se torna consultor de lideranças de alguns países latino-americanos, além de assumir uma cátedra na Universidade de Buenos Aires, onde ministrava aulas da Teoria Geral de John Maynard Keynes (MANTEGA, 1989).

Notadamente, os acontecimentos históricos que marcaram a primeira metade do século XX, as duas Guerras Mundiais, a Crise Econômica de 1929 e a Grande Depressão em que mergulhara a economia mundial, revelaram a necessidade de industrialização dos países latino-americanos, uma vez que estes se encontravam numa situação de baixa renda nacional (PREBISCH, 1963).

Quanto a esse aspecto, ao analisar as crises cíclicas dos anos 1930 e seus efeitos inflacionários sobre as economias da região, Prebisch (1949, p.71), identifica:

Na América Latina, a realidade vem destruindo o antigo esquema da divisão internacional do trabalho que, depois de adquirir grande vigor no século XIX, continuou prevalecendo, em termos doutrinários, até data muito recente [...] Nesse esquema, cabia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais.

Consequentemente, essa divisão internacional do trabalho provocou, desde os primórdios estágios do capitalismo industrial, efeitos diferenciados nas economias das duas regiões, fazendo que ambas se distanciassem crescentemente em termos de estágio de desenvolvimento (PREBISCH, 1949).

No âmbito dessa análise, acerca do desenvolvimento econômico da América Latina, Prebisch fundamenta-se na relação dualista do termo centro-periferia para pavimentar sua crítica à teoria do livre comércio (KOLING, 2010)



O termo centro-periferia descreve o processo de difusão do progresso técnico na economia mundial e a distribuição de ganhos, representando a pedra angular que busca desvelar os efeitos deletérios do livre comércio sobre os países atrasados e uma “ardente defesa de novos princípios de organização econômica que violava os postulados clássicos” (MANTEGA, 1989, p.31).

Neste aspecto, o professor russo Lev Klochkovski, membro do Institute of Latin American Studies, em Moscow, em seu texto *“La herencia teórica de Raúl Prebisch y las relaciones exteriores de América Latina”*, afirma:

[...] el sistema económico mundial se compone de dos partes: los centros industriales y la periferia [...] mientras los centros utilizan totalmente en interés propio las ventajas del progreso científico-técnico e industrial y del crecimiento de otros sectores económicos, La periferia se ve obligada a transferir a los centros parte del fruto de su desarrollo (KLOCHKOVSKI, 1992, p.129).

Sob o influxo dessa experiência, ao analisar a relação centro-periferia, Prebisch considera que a Teoria das Vantagens Comparativas e seus intérpretes representam uma visão equivocada do processo de desenvolvimento latino-americano, pois essa “generalização passa a carregar em si um grave erro” (PREBISCH, 1949, p.72).

Na realidade, ao contrário do que previam as teorias clássicas e neoclássicas do comércio internacional, o aprofundamento da especialização produtiva não promoveu uma difusão equitativa dos benefícios do progresso técnico aos países que se adequaram a este esquema (PREBISCH, 1949).

Em virtude destas concepções, Prebisch defende a ideia de que as relações econômicas entre o centro e a periferia, tendem a traduzir com fidelidade as condições de subdesenvolvimento e agravar o fosso que separa os países desenvolvidos do centro e os países subdesenvolvidos da periferia (PREBISCH, 1949).

Não se pode negar que o aumento da produtividade dos países industrializados potencializou em grande medida a procura de produtos primários, a qual representou um mecanismo de suma importância para o crescimento da América Latina. Entretanto, em linhas gerais, o progresso técnico se mostrou mais acentuado na indústria do que no setor primário dos países periféricos (PREBISCH, 1949).

Conforme se argumentou, na análise das teorias clássicas de comércio internacional o progresso técnico tem por consequência a elevação da capacidade produtiva, em uma redução dos custos que refletiam na esfera dos preços, o que acarretaria a um intercâmbio vantajoso a favor dos países periféricos que comprariam



produtos baratos. Se, por ventura, os preços caíssem em concordância com a elevação da produtividade poder-se-ia validar esse fenômeno (PREBISCH, 1949).

Em outras palavras, o argumento preconizado pela teoria liberal era o de que, como a oferta dos produtos primários era inelástica se comparados com os produtos industriais, os seus preços no mercado internacional seriam mais estáveis do que os produtos que precisavam de uma maior composição técnica. Em consequência, a queda dos preços dessas mercadorias tendia a cair numa velocidade menor em relação aos produtos industrializados, pois incorporava menos progresso técnico, garantindo aos países periféricos vantagens na relação de troca.

Simultaneamente, estes países se aproveitariam também da elevação da produtividade dos países industrializados que fariam com que os preços baixassem.

Deste caráter, Raul Prebisch apresenta sua contraposição aos clássicos, mostrando através da análise dos movimentos cíclicos da economia que, o progresso técnico e ampliação da escala de produção nem sempre provocaria uma diminuição real do preço final dos produtos industrializados, pois, com o progresso técnico, aumentaria o nível de renda que ultrapassa os ganhos de produtividade, acarretando uma elevação desses bens industrializados (PREBISCH, 1949).

Com este propósito, a Tabela 1, apresenta um exemplo ilustrativo deste intercâmbio desigual:

Tabela 1 - RELAÇÃO ENTRE OS PREÇOS DOS PRODUTOS DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS E DOS ARTIGOS FINAIS DA INDÚSTRIA (PREÇOS MÉDIOS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, RESPECTIVAMENTE, DE ACORDO COM OS DADOS DA CÂMARA DO COMÉRCIO)

(Base: 1876-1880 = 100)

Período	Quantidade de produtos finais da indústria que podem ser obtidos com determinada quantidade de produtos primários
1881-85	102,4
1886-90	96,3
1891-95	90,01
1896-1900	87,01
1901-05	84,06
1906-10	85,8
1911-13	85,8
- -	-
1921-25	67,3
1926-30	73,3
1931-35	62,0
1936-38	64,1



--	-
1946-47	68,7

Fonte: Organização das Nações Unidas, *Postwar Price Relations in Trade Between Underdevelopment and Industrialized Countries* Documento E/CN.1/Sub.3/W.5.

Nesse percurso, em 1930 se comprava apenas 63% dos mesmos produtos industrializados adquiríveis em matérias-primas no ano de 1860, ou seja, precisava-se em média de 58,6% a mais de produtos primários para se obter o mesmo quantum de produtos finais da indústria. Em síntese, diante deste quadro, restava aos países periféricos somente aumentar o coeficiente de exportação para obter a mesma quantidade de produtos industrializados.

Esta deterioração dos termos de troca que em vez de beneficiar os países periféricos como defendiam os clássicos os prejudicava, determinando a impossibilidade destas periferias se apropriarem dos ganhos de produtividade; aos quais, os países do centro ganhavam duplamente, já que, se tornam beneficiados pela tecnologia. Desse modo, a tendência é que estes países fornecedores de matéria-prima fiquem com sua balança de pagamentos deficitária ao longo do tempo (PREBISCH, 1949).

Em consonância com este caráter dependente, as economias periféricas eram altamente vulneráveis aos ciclos da economia dos países centrais, evidenciando assim, a disparidade contínua entre as ofertas dos produtos industrializados e primários.

Na fase do ciclo ascendente, cujo progresso técnico, aumento da produtividade e do nível de renda estavam presentes, haveria uma demanda crescente por produtos dos países periféricos, por parte dos países do centro. Neste momento, a oferta estaria abaixo da demanda, resultando em aumento de preços dos produtos primários (PREBISCH, 1949).

Diante disso, os países dependentes do centro, dirigiam seus esforços no intuito de aumentar a produção dos produtos exportados, levando a um aumento do nível de renda. Desta forma, pode-se perceber que na fase ascendente do ciclo econômico os países periféricos se beneficiam, uma vez que parte do lucro do centro se desviaria para a periferia mediante a alta dos preços dos produtos primários. Nas palavras de Prebisch (1949, p.86):

Quanto maiores são a concorrência e o tempo necessário para aumentar a produção primária, em relação ao tempo de outras etapas do processo produtivo, e quanto menores são os estoques acumulados, tanto maior é a proporção do lucro que vai sendo transferida para a periferia. Daí uma ocorrência típica no curso da fase cíclica ascendente: os preços primários



tendem a subir mais acentuadamente do que os preços finais, em virtude da grande parcela de lucros que é transferida para a periferia.

Em contrapartida, na fase descendente do ciclo, efetiva-se um prejuízo para os países periféricos. Nesta condição, os produtos primários, estão sujeitos às oscilações do mercado internacional. Desse modo, à medida que se contraem os lucros, diminui-se a demanda pelos produtos dos países periféricos (PREBISCH, 1949).

Configura-se assim, um ambiente em que a oferta de produtos primários estaria maior que a procura, acarretando numa redução dos preços destas mercadorias. Logo esse fenômeno ocorresse, haveria a queda do lucro dos capitalistas da periferia por conta desta diminuição do preço das mercadorias, causando conseqüentemente uma redução significativa do salário dos trabalhadores. Reduzindo significativamente o nível de renda deste trabalhador, diminui-se de forma expressiva a renda nacional (PREBISCH, 1949). Essa questão indicava uma posição diferenciada dos trabalhadores do centro. Estes não sofreriam o impacto da queda dos salários.

Na posição de Prebisch, esse fenômeno não ocorreria no centro devido à organização dos trabalhadores destes países, diferentemente do que se via nos países subdesenvolvidos. Mesmo porque, para o autor, essa organização era quase inexistente:

A desorganização característica das massas trabalhadoras na produção primária, especialmente na agricultura dos países da periferia, impede-as de conseguirem aumentos salariais comparáveis com os que vigoram nos países industrializados, ou de mantê-los em amplitude similar (PREBISCH, 1949, p.87)

Essa visão expressa com precisão ao cerne da discussão de Prebisch, em que os países da América Latina acabavam prejudicados, devido sua dependência do mercado externo. Inevitavelmente, para que se promova um nível considerável de industrialização é necessário que se eleve o nível de renda, aumentando o consumo interno, e de outro lado, um Estado planejando, organizando e implementando medidas protecionistas (BIELSCHOWSKY, 2000).

Nestas condições, o progresso técnico se constitui como um dos mecanismos que mais contribuem para o aumento da renda nacional. Por sua vez, Raul Prebisch estava convicto de que a incorporação dos avanços tecnológicos se faz de um modo desigual entre os países, ocasionando não apenas impactos internos, mas também profundos efeitos nas relações entre os países da região. Àqueles que não conseguem incorporar os avanços tecnológicos têm ganhos de produtividade diferenciados, o que afeta de forma



diversificada os preços relativos e as taxas de crescimento das economias (PREBISCH, 1949). Resulta, portanto, num crescimento desigual entre os países.

No tocante a esse raciocínio, Prebisch também menciona a respeito do problema da escassez de dólares e suas repercussões na América Latina no ciclo econômico, ou seja, quando o centro principal contrai sua renda, ocorre uma fase minguate, na qual tende a propagar essa contração para o resto do mundo (PREBISCH, 1949).

Além disso, não deixa de chamar à atenção, a defesa do autor em afirmar que a industrialização e a mecanização na agricultura nos países da América Latina não são “incompatíveis com o desenvolvimento eficaz da produção primária” (PREBISCH, 1949). Pelo contrário, as matérias-primas, inicialmente, teriam o papel de financiar a compra de maquinaria e instrumentos, importados de países que já dispunham deste progresso técnico.

De fato, quanto maior o fluxo de mercadorias comercializado pela América Latina (inclusive com nações do centro), maiores seriam as possibilidades de se elevar a produtividade do trabalho, por meio de uma intensa formação de capital.

Indubitavelmente, o termo centro-periferia representa uma visão ampla do processo de desenvolvimento latino-americano e de sua “debilidade congênita”, cujo ponto de partida é a crítica à teoria do comércio internacional, em especial à teoria ricardiana das vantagens comparativas e seus desdobramentos posteriores.

Ademais, a crítica atribuída à teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo introduzido por Raúl Prebisch, mesmo significando uma ruptura com a interpretação econômica hegemônica daquele momento, refletiu concretamente nas políticas praticadas pelos governos dos países periféricos.

2.2 Aníbal Pinto e a heterogeneidade estrutural

O chileno Aníbal Pinto, em dois ensaios clássicos “A concentração do progresso técnico e de seus frutos no desenvolvimento latino-americano” (1964) e “Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural da América Latina” (1969), transplantou para o âmbito interno nacional o diagnóstico cepalino decorrente à distribuição e apropriação dos ganhos do progresso técnico em nível mundial. Esta transposição facilita demonstrar “a interação perversa, e por vezes imposta, entre setores, regiões, segmentos urbanos etc., que, diferenciados pela produtividade e pela articulação com o Estado, se apropriam diferencialmente dos ganhos de produtividade derivados da modernização” (LESSA, 1998, p.2).



Maurício Coutinho (1980) em referência a Aníbal Pinto (1970) enfatiza que o ponto de partida para o estudo do desenvolvimento econômico latino-americano é o de heterogeneidade estrutural. De acordo com esse conhecimento elementar, por características de sua formação histórica, os países latino-americanos apresentam estruturas marcadamente desiguais quanto à absorção do progresso técnico.

Na concepção do autor, a natureza da heterogeneidade estrutural das economias latino-americanas e suas diferenças estariam centradas no enfoque clássico do dualismo:

Com respeito à concepção econômica do dualismo, parece evidente que ela se identifica com um caso extremo e “abstrato” das economias exportadoras de produtos primários, isto é, o dos enclaves. Aí se delineia a diferenciação entre o “complexo” exportador e o “resto”, sendo mais ou menos completa a separação entre essas duas áreas (PINTO, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p.569).

Quanto a esta concepção econômica do dualismo, acrescenta que esta, se identifica com um caso extremo das economias primário-exportadoras: a diferença entre o “complexo” exportador e o “resto”. O primeiro crescia para e de fora; enquanto o segundo “vegetava, sem outros estímulos a não ser os endógenos” (PINTO, *apud* BUENO, 1981, p.45).

Na visão de Aníbal Pinto (1981), as diferenças poderiam ser atribuídas a três determinantes principais (p.45):

1. Primeiro, “a natureza dos recursos-base, nos países onde os recursos eram, em alto grau especializados para o mercado interno, o divórcio tendia ser maior do que no caso de produções mais divididas entre o mercado interno externo;”
2. Segundo, “o elemento político-institucional, formou um estado-nacional independente, assim houve maiores possibilidades de transferir para outras atividades e regiões o dinamismo do complexo exportador;”
3. Por último, “encontra-se maior ou menor significado e impermeabilidade da sociedade ou economia tradicional”.

A partir destas circunstâncias, foi traçado o contorno do dualismo das economias primário-exportadoras latino-americanas, “com alusão aos desníveis de produtividade e às relações entre o setor exportador e o resto” (PINTO, *apud* BUENO, 1981, p.45).

A diversificação para dentro conduziu o nascimento e fortalecimento de um setor não exportador, modernizado e capitalista, com níveis de produtividade acima da média do sistema e similar aos do complexo exportador.

Este fenômeno ocorreu no período que ele classifica sendo a segunda etapa do processo, ou seja, o momento em que os países precursores passaram a ganhar uma



definição quando começaram a produzir bens intermediários e de consumo durável pesado baseado em “tecnologia moderna e maior densidade de capital” (PINTO, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p.571).

Na fase anterior (década de 1930 até 1950), a expansão industrial se deu, através da utilização da capacidade pré-instalada e o desenvolvimento da indústria de bens leves, o que remete a uma etapa fácil. Caso semelhante, é o dos países considerados de industrialização tardia, que para aparelhar seu parque produtivo, recorreu à importação de tecnologias modernas que determinam uma redução nos níveis de produtividade (PINTO, *apud* BUENO, 1981).

Em consequência destas transformações decorrentes da industrialização, Aníbal Pinto divide a estrutura produtiva da América Latina em três grandes estratos:

- (i) Primitivo, os níveis de produtividade e renda por habitante são semelhantes aos que prevaleciam na economia colonial.
- (ii) Pólo moderno, composto por atividades de exportação, indústrias e de serviços que funcionam a níveis de produtividade semelhantes aos níveis médios das economias desenvolvidas.
- (iii) Intermediário, que se encontra mais próximo à produtividade do sistema nacional.

Considerando esta divisão, pode-se averiguar que as relações entre os estratos na dinâmica do desenvolvimento parecem caminhar para que em longo prazo haja homogeneização dos sistemas, reproduzida praticamente em todos os planos. Não se trata de uma tendência voluntária ou natural, a influência das políticas econômicas e sociais, principalmente no pós-guerra, traduz um contexto inter-relacionado (PINTO, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, P.577):

No que se refere à América Latina, a primeira coisa que se deveria levar em conta é que, depois de tantas décadas de crescimento para fora e para dentro, entre 40% e 50% da população latino-americana continua marginalizada dos benefícios do desenvolvimento e tem uma renda média semelhante à dos países da Ásia e da África.

Na realidade, supunha-se que o novo pólo estabelecido em volta da indústria e projetado pra dentro, iria cumprir a homogeneização semelhante à dos centros. Porém, o resultado decorrente deste processo foi uma subordinação cada vez maior em relação ao exterior (endividamento crônico, dependência tecnológica, estrangeirização das atividades básicas, alienação das decisões políticas econômicas). Além disso, os frutos do progres-



so técnico se tornaram ainda mais concentrados e não repartidos para a sociedade (PINTO, *apud* BUENO, 1981).

De acordo com Araújo (2011), por essa via, após a Segunda Guerra Mundial, o processo de industrialização possui a tendência de reproduzir a antiga heterogeneidade prevalecente no período primário-exportador, mediante a criação de um setor não exportador com produtividade relativamente superior à média.

A partir da década de 60, inicia-se uma nova fase desse desenvolvimento para dentro, não mais voltado a satisfazer necessidades vitais, mas a fabricação de novos artigos destinados ao consumo de apenas uma parcela da população a classe média alta.

Surge, assim, um novo setor dinâmico, criado a partir de investimentos estrangeiros diretos, que provoca uma estrangeirização das unidades produtivas. Este novo setor de bens de consumo duráveis requer uma alta densidade de capital por trabalho, e uma ampla margem de investimento que só poderia se consolidar via contribuição externa. A demanda de trabalho por parte desse novo setor era insuficiente para empregar toda população em idade ativa. Havia ainda uma alta concentração de renda, que incluía apenas uma pequena da população no nível de consumo parecido com o dos países centrais, deixando a maioria marginalizada.

Indubitavelmente, essa industrialização pesada, nos termos de Aníbal Pinto não foi capaz de promover uma homogeneização estrutural, como se verificou nos países centrais, uma vez que as empresas estrangeiras instaladas nesses países tinham como objetivo acumular capital, contando para isso com o apoio do Estado. Não se pretende o desenvolvimento nacional, o que agravou sobremaneira, a heterogeneidade estrutural característica dos países periféricos.

Contudo, partiremos no próximo tópico ao estudo das contribuições de outro importante autor cepalino que interpreta o desenvolvimento econômico de maneira distinta da utilizada por Aníbal Pinto.

2.3 Celso Furtado, as estruturas subdesenvolvidas e o mito do desenvolvimento econômico

Seguindo as pegadas de Raul Prebisch, aquele que referencialmente chamara de mestre, Celso Furtado, se propõe a desvelar um caminho próprio para o desenvolvimento desvirtuado sobremaneira, do liberalismo norte-americano como horizonte civilizatório (GUIMARÃES, 2001).



Detendo-se destas preposições, no início da década de 1970, Celso Furtado no livro “O mito do desenvolvimento econômico”, reformula o seu campo teórico como resposta ao surto de industrialização dependente, hipótese crítica da problemática cepalina original, radicalizando os fundamentos de sua teoria do subdesenvolvimento.

Nesse sentido, seu novo desafio intelectual é captar as linhas dinâmicas do capitalismo internacional (protagonizado pelas empresas oligopolistas dos países do centro, as oscilações do mercado financeiro internacional, a rápida industrialização de segmentos da periferia) e “explicar o surto de crescimento da economia brasileira a partir do binômio da internacionalização e concentração da renda” (GUIMARÃES, 2001, p.17). Além disso, questiona-se o modelo imitativo de desenvolvimento percorrido pela América Latina em busca de alçar os padrões de consumo dos países capitalistas centrais, o qual conduzira apenas à modernização, sem fundamentos econômicos sólidos:

A literatura sobre desenvolvimento econômico do último quarto de século nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: pelo menos 90 por cento do que aí encontramos se funda na ideia, que se dá por evidente, segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que o *standard* de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro Mundo (FURTADO, 1974, p.14).

Na opinião de Furtado, a teoria do desenvolvimento na forma como é entendida nas grandes universidades do ocidente tem o propósito restrito de “mostrar a natureza das variáveis não econômicas que determinam, em última instância, a taxa de crescimento da produção de uma economia” (FURTADO, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p.241). Assim, revela-se a grave falha de ignorar que o desenvolvimento econômico possui uma nítida dimensão histórica:

Convém não perder de vista que na civilização industrial o futuro está em grande parte condicionado por decisões que já foram tomadas no passado e/ou que estão sendo tomadas no presente em função de um curto espaço temporal. Na medida em que avança a acumulação de capital, maior é a interdependência entre o futuro e o passado (FURTADO, 1974, p.18).

De fato, o modelo clássico de desenvolvimento industrial assinala a linha de desenvolvimento dentro da própria Europa Ocidental, visto por ele como um desdobramento da Primeira Revolução Industrial, iniciada em meados do século XVIII.

As características implícitas a esse movimento são baseadas, sobretudo, na desarticulação da economia artesanal pré-capitalista e a gradual absorção dos fatores libe-





rados a um nível mais elevado de produtividade. Para se entender tais transformações, Furtado concentra-se em três linhas de desenvolvimento, cada uma carregando consigo efeitos significativos e deslocamentos diferenciados:

- (i) Dentro da própria Europa Ocidental, onde houve a Revolução Industrial
- (ii) Expansão para fora da Europa para os países classificados como colônias de povoamento
- (iii) Países considerados periféricos, colônias de exploração. Nos países da Europa Ocidental, Celso Furtado vai identificar duas mudanças em duas fases.

Na primeira, a oferta de mão de obra era muito elástica, ou seja, a liberação de mão de obra era mais célere que a absorção. Na segunda, a oferta da mão de obra, resultante da desarticulação da economia pré-capitalista, tende a exaurir, o que exige uma reordenação tecnológica (FURTADO, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000).

Para se entender melhor, voltemos à primeira fase do modelo clássico de desenvolvimento industrial. Na economia industrial, o motivo pelo qual os custos de produção passam a ocupar o centro de suas preocupações, é delineado pela seguinte situação: caso o produtor não se depare com um comprador e os estoques, em mãos do produtor, tendem a aumentar, o empresário industrial se quiser liquidar seus estoques involuntariamente e continuar no mercado, terá necessidade de ofertar sua mercadoria por um preço mais baixo (FURTADO, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000).

Nesta fase, como a oferta de mão de obra era muito elástica, devido ao elevado número de trabalhadores que saíam da terra para trabalhar nas indústrias, o salário assegurava somente o mínimo para garantir a subsistência dos trabalhadores e suas famílias. Desse modo, eles poderiam vender os produtos a um preço inferior ao prevalecente no mercado. Quanto a esta questão, afirma Furtado:

Viveu-se a primeira etapa do desenvolvimento industrial, basicamente nessa revolução operada na oferta, que se traduz numa firme baixa dos preços de certo número de mercadorias de consumo geral. Foi através do efeito preço que atuara os mecanismos tendentes a destruir um número cada vez maior de segmentos da velha estrutura econômica de base artesanal [...] como não havia pressão dos assalariados, em razão da crescente oferta de mão de obra provocada pela própria desorganização do artesanato, os frutos dos aumentos de produtividade não transferidos à população consumidora podiam ser retidos, em sua totalidade pelo empresário (FURTADO, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p.244).

Superada a primeira fase de desenvolvimento em que as pretéritas estruturas econômicas desapareceram, os fatores dinâmicos da economia industrial começaram a operar, simultaneamente, o lado da oferta e da procura. Inicia-se então, um visível con-



fronto da produção de bens de consumo e a produção de bens de capital, pois com o aumento da produtividade das indústrias de bens de consumo, os empresários desse setor se viam beneficiados por maiores lucros; estes corroboravam sobremedida para que houvesse uma elevação da demanda proveniente do setor de bens de capital (FURTADO, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000).

Uma vez que a produção de bens de consumo e bens de capital é complementar, o aumento relativo de um depende da redução relativa de outro. Com a migração dos trabalhadores do setor de bens de consumo para o de bens de capital, a oferta de bens diminui a ponto de que o nível de sua demanda se mantém inalterado, ou seja, se se aumenta os salários para conduzir os operários a trocar de setor haverá expansão da procura de bens de consumo e diminuição da sua oferta. Tal redução da produção dos bens de consumo fará o salário médio real reduzir-se e um aumento na produção de bens de capital resultará num aumento dos lucros (FURTADO, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000).

Precisamente, como a oferta de mão de obra na segunda fase é pouco elástica, tem-se a necessidade dos capitalistas de investir mais em bens de capital, para que sua lucratividade não reduza, tendo que pagar salários maiores. Assim, parte do lucro dos capitalistas será gasta na compra de máquinas poupadoras de mão de obra para garantir a lucratividade do sistema. Ao invés de faltar mão de obra, graças às inovações tecnológicas haveria a formação de um exército industrial de reserva (FURTADO, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000).

Como descrito por Furtado, a segunda linha de desenvolvimento industrial europeu constitui num deslocamento para além de suas fronteiras, onde quer que houvesse terras ainda desocupadas e de características congêneres às da própria Europa. Devido a tais condições naturais e econômicas favoráveis, as pessoas desses países que emigravam para essas regiões com o intuito de colonizá-las, levavam consigo as técnicas e os hábitos de consumo europeus. Assim, em um curto período, estes países se desenvolveram de maneira semelhante aos países colonizadores (FURTADO, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000).

De modo distinto, a terceira linha de expansão da economia industrial europeia teve como destino às regiões já ocupadas, mas de natureza pré-capitalista:

O contato das vigorosas economias capitalistas com essas regiões de antiga colonização não se fez de maneira uniforme. Em alguns casos o interesse limitou-se à abertura de linhas de comércio. Em outros, houve desde o início, o desejo de fomentar a produção de matérias-primas, cuja procura crescia nos centros industriais (FURTADO, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p.253).



Porventura, o efeito da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, no entanto, a resultante foi na maioria das vezes, a formação de estruturas híbridas: uma parte comportava-se como estrutura capitalista e a outra como pré-capitalista. Aqui começam a prevalecer às características estruturais e dualistas que constituem o que Furtado (2000, p.253) chamou de subdesenvolvimento:

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para se captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas necessário se torna levar em conta essa peculiaridade.

Do ponto de vista do autor, a intensidade do impacto do núcleo capitalista na velha estrutura dependerá, sobretudo, “da importância relativa da renda que dê origem e que fique à disposição dentro da coletividade”, dependendo assim do volume da mão de obra, do nível de salário real e da quantidade total de impostos (FURTADO, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p.253).

A propósito, para extinguir a forma pré-capitalista era necessária uma elevação da renda. O salário na forma capitalista era um pouco mais elevado do que os trabalhadores recebiam nas formas pré-capitalistas, para que estes emigrassem e tivesse mão de obra em quantidade superior ao suficiente. Porém, o lucro, que era extremamente elevado era escoado para a matriz e a forma de investimento também era decidido na matriz. Assim, como os salários e a renda nos países não eram elevados, não havia uma pressão necessária para que as formas pré-capitalistas se desenvolvessem, ou seja, não havia um reinvestimento suficientemente grande para que se extinguisse com as formas arcaicas, conforme alerta Furtado (2000, p.255):

O dinamismo da economia capitalista resulta, em última instância, do papel que nela desempenha a classe empresarial à qual cabe utilizar de forma reprodutiva uma parte substancial da renda em permanente processo de formação [...] o consumo da classe capitalista é determinado por fatores institucionais e, praticamente, independe de flutuações em curto prazo, no nível de renda global [...] Por outro lado, o consumo dos assalariados tem a determiná-lo o nível global de emprego, cabendo-lhe um papel ancilar no processo de desenvolvimento.

Entretanto, nem sempre é possível supor que estas economias classificadas como híbridas nesta terceira linha, se comportem na mesma conjuntura pré-capitalista. No caso do Brasil, por exemplo, pode-se perceber uma estrutura econômica subdesenvolvida bem mais complexa que o da simples coexistência de empresas estrangeiras com remanescentes de um sistema pré-capitalista.





No Brasil, “a massa de salários no setor ligado ao mercado internacional foi suficiente para dar caráter monetário a uma importante faixa do sistema econômico”. Neste sentido, o aumento dessa faixa monetária implicou consideráveis modificações nos hábitos de consumo, com a penetração de produtos manufaturados vindos do mercado externo (FURTADO, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p.256).

Para Furtado, a experiência brasileira surge como um caso especial, onde existiam três setores dentro da economia nacional: embora predominasse atividades de subsistência, haviam também atividades ligadas ao comércio exterior e àquelas atividades que se prendiam ao mercado interno de produtos manufaturados de consumo em geral.

Além de mudar o padrão de consumo da população, a expansão do setor cafeeiro possibilitou certa industrialização no país. Ainda assim, a economia nacional cresceu voltada para o setor externo. O nível da renda aumentou, porém, não houve um dinamismo da economia, pois, a compra de grande parte de produtos manufaturados esteve vinculada ao mercado internacional. A massa de lucros formada nesta atividade ligada ao mercado externo ao mesmo tempo em que abria novas possibilidades poderia gerar outros problemas:

O elemento dinâmico da economia cafeeira era a procura externa, e não o volume das inversões nela realizadas. Se essas inversões se revelassem excessivas, o efeito último podia ser uma perda real, através da baixa de preços. [...] O resultado não foi muito distinto, se bem que desse o café origem a um fluxo de lucros, além do de salários. Lucros que foram invertidos na própria atividade cafeeira, na medida em que a disponibilidade de terras e mão de obra permitiu. [...] uma vez esgotadas as possibilidades de expansão do setor cafeeiro, a experiência demonstrou que os novos capitais nele formados tendiam antes a expatriar-se que a buscar outros campos de aplicação dentro do sistema (FURTADO, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p.257).

Apesar das especificidades do caso brasileiro, quando se observa o panorama da economia mundial no decorrer do século XIX, mais precisamente na sua segunda metade, percebe-se que as grandes transformações ocorridas são permeadas por dois processos: o primeiro se refere a uma considerável aceleração na acumulação de capital nos sistemas de produção, e o segundo a intensificação do comércio internacional. Como descrito por Furtado (1974), ambos os processos geram aumentos substanciais da produtividade do fator trabalho, originando um fluxo crescente de excedente que seria utilizado para tornar mais ativa a acumulação, a ampliação e diversificação do consumo privado e público.





É justamente a orientação dada à utilização do excedente estabelecido pelo incremento da produtividade que cria a diferença fundamental e dá origem à linha divisória entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, quanto a este aspecto, Furtado (1974, p.25):

A atividade industrial tende a concentrar grande parte do excedente em poucas mãos e a conservá-lo sob o controle do grupo social diretamente “comprometido” com o processo produtivo. Por outro lado, como o capital invertido na indústria está sendo constantemente renovado, a porta fica permanentemente aberta para a introdução de inovações. Dessa forma, um sistema industrial tende a crescer por suas próprias forças a menos que seja submetido a insuficiência da demanda efetiva. Nos países em que as vantagens comparativas assumem a forma de especialização na exportação de produtos primários o excedente adicional assume a forma de um incremento das importações. Desta forma, é pelo lado da demanda de bens finais de consumo que esses países se inserem mais profundamente na civilização industrial. Esse dado é fundamental para compreender o sentido que neles tomará, em fase subsequente, o processo de industrialização.

Como a industrialização na maioria dos países da América Latina se dá via substituição de importações, o excedente gerado aqui serve para adquirir bens de consumo dos países do centro. Cria-se então, um padrão de consumo, que não equivale a renda da população dos países periféricos, gerando assim uma grande concentração de renda:

A evolução do sistema capitalista, no último quarto de século, caracterizou-se por um processo de homogeneização e integração do centro, um distanciamento crescente entre o centro e a periferia e uma ampliação considerável do fosso que, dentro da periferia, separa uma minoria privilegiada e as grandes massas da população [...] A integração do centro permitiu intensificar sua taxa de crescimento econômico, o que responde, em grande parte, pela ampliação do fosso que o separa da periferia. Por outro lado, a intensidade do crescimento no centro condiciona a orientação da industrialização na periferia, pois as minorias privilegiadas desta última procuram reproduzir o estilo de vida do centro [...] mais intenso o fluxo de novos produtos no centro (esse fluxo é função crescente da renda média) mais rápida a concentração da renda na periferia [...] Como a industrialização, que se realiza concomitantemente na periferia, apoia-se na substituição de importações, no quadro de pequenos mercados, é natural que os desníveis de produtividade tendam a aumentar e a descontinuidade estrutural dentro do sistema capitalista a ampliar-se (FURTADO, 1974, p.46)

Com todos esses fatos observados, Furtado identifica que o estilo de vida levado pelos países desenvolvidos é irrealizável para o resto da população dos países subdesenvolvidos, pois levaria toda a civilização a um colapso.

As novas formas em que o capitalismo se configurou nos países periféricos demonstram cada vez mais sua crescente dependência da evolução global do capitalismo.





De acordo com Furtado, contraditório é, acreditar que a periferia aumentou significativamente sua importância nessa evolução, não apenas pelo fato dos países do centro serem cada vez mais dependentes de recursos naturais não reprodutivos por ela fornecidos, mas também porque as grandes empresas encontrarão na exploração de sua mão de obra barata um dos principais fundamentos para afirmar-se no conjunto do sistema.

Contudo, algo importante a assinalar, diz respeito aos países periféricos em mais avançado grau de industrialização, é preciso considerar certa “dificuldade de coordenação de suas economias no plano interno, em razão da forma como se estão articulando com a economia internacional no quadro das grandes empresas” (FURTADO, 1974, p. 61). O objetivo destas empresas é, sobretudo, tirar grande proveito dessas regiões. As empresas se instalam nestas regiões em busca de novos mercados, mão de obra barata e abundante, bem como, de recursos não renováveis, que existem nestas regiões em grande quantidade.

De fato, são destes aspectos que Furtado percebe que a questão do desenvolvimento não era tão simples como se imaginava, tende a carregar um caráter mítico. Se os países subdesenvolvidos alcançassem o desenvolvimento econômico adquirido pelos países centrais desenvolvidos, a economia mundial certamente entraria num colapso. Com o progresso técnico, a acumulação de capital atingiria tal nível que acarretaria em sérias consequências ambientais, pois os recursos não renováveis se esgotariam, podendo prejudicar inclusive, a raça humana.

Portanto, na visão de Furtado o desenvolvimento ou subdesenvolvimento de um país se dá devido à dinâmica da relação dentre esse e outros países, ou seja, devido à orientação que se dá ao excedente da produtividade. Pelo que se percebe, o parâmetro que ele utiliza para se medir o desenvolvimento é o grau de acumulação aplicado ao processo produtivo e o acesso à evolução do capitalismo industrial. Desse modo, o processo de consolidação do capitalismo nos países subdesenvolvidos se dá de forma que eles permaneçam reféns dos países desenvolvidos, sendo estes, por outro lado, dependentes das matérias-primas produzidas pelos últimos para alimentar suas indústrias.

3. Conclusões

A mercê das suas “vantagens naturais”, a economia latino-americana se tornou cada vez mais, dependente do comércio exterior para vender seus produtos agrícolas, que ao contrário dos industrializados tem a demanda inelástica, ou seja, ocorre o que Prebisch (1949) denomina de deterioração dos termos de troca.



Embora, nas últimas quatro décadas, as transformações estruturais em alguns países pertencentes a região (Brasil, México, Argentina) apontem para um aumento das relações inter-setoriais e intra-setoriais mediante a produção apoiada em maior agregação de valor; vale dizer, que, quando se faz o resgate da formação histórico-industrial da região, configura-se uma estrutura produtiva arraigada em setores tradicionais.

Dentre os impactos relacionados ao modelo citado é importante destacar: os significativos danos ao meio ambiente provocados pelas atividades extrativistas e o fato de que os preços de *commodities* flutuam de forma intensa nos mercados internacionais, trazendo certo grau de instabilidade a economias que têm nestes produtos uma fonte importante de recursos.

É possível concluir que, no fundo, a formulação das ideias cepalinas buscaram exprimir de maneira precisa tanto os problemas oriundos da industrialização da periferia, impulsionada no Pós-Segunda Guerra Mundial, como suas raízes advindas de períodos históricos anteriores, como a revolução industrial, no século XVIII, e seus desdobramentos sobre a “evolução” do capitalismo mundial.

4. Referências Bibliográficas

ARAUJO, P.Q. de. Estrutura produtiva e a distribuição de renda no ciclo 2004-2008 da economia brasileira, Brasília, Revista do BNDES nº 36, dezembro 2011. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/Rev3606.pdf>. Acesso em 12/04/2012.

BUENO, Ricardo. (Coordenador). O ABC do Entreguismo no Brasil. - Petrópolis. Vozes: 1984.

COUTINHO, Maurício (1980). Distribuição de renda e padrões de consumo: alguns autores em torno da tradição cepalina, Porto Alegre: Ensaio FEE, v.1, n.1, p.139-152.

FAJNZYLBER, Fernando (1983). La Industrialización trunca de América Latina. México, D.F.: Editorial Nueva Imagen

FAJNZYLBER, Fernando (1990). “Industrialização na América Latina: Da ‘caixa-preta’ ao conjunto vazio” In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000.



FURTADO, Celso (1974). O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento (1961). In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000.

GUIMARÃES, Juarez.(2001) “A trajetória intelectual de Celso Furtado” In: TAVARES, Maria da Conceição (org.) Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo

KLOCHKOVSKI, L.: “La herencia teórica de Raúl Prebisch y las relaciones exteriores de América Latina”, MONTUSCHI, L & SINGER, H. (Comps): Los problemas del desarrollo em América Latina, Homenaje a Raúl Prebisch, Fondo de Cultura Económica, Fundación Raul Prebisch, México, Buenos Aires, 1992.

KOLING , Paulo José . Uma contribuição à crítica do neoliberalismo: a análise de Raul Prebisch sobre o monetarismo. In: 9º Encontro Internacional da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas, 2010, Goiânia/GO.

La Comisión Económica para América Latina (CEPAL) _ <http://www.eclac.cl/>

LESSA , Carlos. Conferência sobre o pensamento de Aníbal Pinto. Revista de economia contemporânea, Instituto de Economia UFRJ, Rio de Janeiro nº 3 já n. – jun. de 1998

MANTEGA, Guido. Celso Furtado e o pensamento econômico latino americano. São Paulo, Revista Economia Política, vol.9, nº4, outubro/dezembro de 1989. Disponível em: < <http://www.rep.org.br/pdf/36-2.pdf>>. Acesso em 25/04/2012.

MORAES, Reginaldo C. (1995). Celso Furtado: O subdesenvolvimento e as ideias da CEPAL. São Paulo: Ática.

OLIVEIRA, U.P.; SANTOS, F.H.P. Três fases da teoria cepalina: uma análise de suas principais contribuições ao pensamento econômico latino-americano. Revista *Análise*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 4-17, jul./dez. 2008



PINTO, Aníbal (1970). Natureza e Implicações da Heterogeneidade Estrutural na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000

PREBISCH, Raul (1949). “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais” In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

PREBISCH, Raul. (1963). Dinâmica do desenvolvimento latino-americano. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

RABI, Luiz. Brasil, Argentina e o “conjunto vazio”. São Paulo: Valor Econômico, 24 de agosto de 2001. Jel: F

RICARDO, David. (1982). Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural

